

Quanto vai nos custar o aprendizado da democracia

Orçamento

Em uma entrevista que concedeu ao *Jornal da Tarde*, a respeito dos novos poderes do Congresso Nacional para alterar o Orçamento da União, o economista Alkimar Ribeiro Moura, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, observou que "o essencial, daqui para a frente, será o processo de aprendizado dos parlamentares para as questões econômicas". De fato, como o Legislativo ficou durante mais de vinte anos sem poder interferir nas peças orçamentárias do Executivo e, também, ficou extremamente limitado para legislar no campo econômico, o Congresso Nacional não está preparado para suas novas funções. Nem os parlamentares nem o corpo técnico da instituição, como já reconheceram deputados especialistas no assunto como os paulistas Delfim Neto e José Serra e como, aliás, ficou amplamente provado durante a confecção da nova Constituição...

É exatamente neste ponto que reside o perigo. Um grupo de pessoas neófitas em questões econômicas e financeiras subitamente encarregadas de discutir — e com o poder de virar de cabeça para baixo — os mais importantes instrumentos de que dispõe o governo para administrar o país. O orçamento é o instrumento básico da administração e é por meio dele que o governante direciona os recursos disponíveis em função das prioridades nacionais.

Não queremos dizer com isto que lamentamos que o Legislativo brasileiro tenha reconquistado, com a nova Constituição, uma prerrogativa normal dos legisladores de todos os países democráticos do mundo que é a de discutir e alterar os orçamentos públicos. A longo prazo isso é altamente positivo. A discussão aberta do orçamento, num fórum onde as pressões da sociedade têm livre trânsito, sempre poderá permitir a correção de algum equívoco na determinação das prioridades cometido pela facção política que estiver no governo ou pelos burocratas que se consideram o centro da vida do país, desde que ela seja travada em alto nível, com conhecimento técnico e com o intuito de defender o interesse dos contribuintes que, em teoria, são quem os legisladores representam.

O que nos preocupa é a realidade com que nos deparamos no momento: este é um orçamento extremamente delicado, de difícil composição, que cai nas mãos de pessoas despreparadas para entender as intrincadas contas públicas e que antes necessitam passar por um "aprendizado" econômico, como disse o professor Alkimar Moura, e não só por esse aprendizado...

Em qualquer atividade humana é preciso um extremo cuidado com os aprendizes. As leis de trânsito na Inglaterra, por exemplo, estabelecem que todos os novos motoristas tragam afixado em seus carros durante mais de um ano após receberem licença para dirigir na rua um grande adesivo com a letra L (de learner — aprendiz) bem visível. Assim, os outros motoristas ficam avisados para redobrar sua atenção quando cruzarem com os carros que trouxeram esta marca, uma vez que o risco de uma trombada ou de um acidente grave provocado por eles é muito maior. Do mesmo modo, um médico não entrega um paciente cardíaco a seu jovem assistente, recém-saído da faculdade, para que ele lhe implante uma ou mais pontes safenas. Isso seria uma temeridade e uma irresponsabilidade; e até um crime.

O Orçamento Geral da União do ano que vem, entregue na semana passada ao Congresso Nacional, estabelece os parâmetros de uma economia doente. Mas é inevitável que seja operado por um "estagiário". Os deputados e senadores que irão discutir e emendar a peça preparada pacientemente por cerca de 400 técnicos, trabalhando mais de três meses em cima de suas contas, da qual depende o ritmo da inflação brasileira — já taquicárdica — e a manutenção dos acordos conseguidos, a duras penas, com nossos credores, são os mesmos que aprovaram, na Assembleia Nacional Constituinte, coisas como o tabelamento dos juros em 12%, a anistia dos devedores do Plano Cruzado, as restrições ao capital estrangeiro, toda uma série de medidas que, como já comentamos em outros editoriais, têm tudo para tornar inviável a economia brasileira. Ou seja, pessoas que já deram vivas demonstrações de que não têm a menor noção dos mais elementares princípios de economia e de administração pública; pessoas que também demonstraram mais de uma vez que não estão preocupadas com os verdadeiros interesses dos seus representados estarão encarregadas de dar a palavra final sobre o que se pode chamar de programa de governo para 1989, sobre uma peça, enfim, que vai influir diretamente na vida dos cidadãos e das empresas.

O que esperar do homem que inventou esse tabelamento dos juros, que já é motivo de galhofa nos meios acadêmicos e políticos internacionais, quando ele e seus companheiros que votaram a favor da medida tiverem que decidir, por exemplo, sobre o financiamento da dívida pública, que eles inviabilizaram ao impor o limite de 12% para o preço do dinheiro? O que esperar de um grupo de parlamentares que produziu uma Constituição francamente estatizante quando eles tiverem que opinar sobre os cortes das despesas públicas tentados pelos ministros da Fazenda e do Planejamento? O que esperar de políticos acostumados a fazer do dinheiro público o principal financiador de suas carreiras quando eles tiverem que decidir sobre a redução dos gastos oficiais com benesses, subsídios e outras formas de caridade eleitoral?

A primeira reação dos congressistas ao Orçamento de 89 é a melhor resposta para esta pergunta. E uma resposta nada animadora. Antes mesmo de se debruçarem sobre as contas da peça orçamentária, antes mesmo de analisarem detalhadamente a forma como a área econômica do governo distribuiu os recursos de que a União dispõe no ano que vem, eles já protestaram contra a eliminação das verbas para subvenção de entidades sociais — que, tradicionalmente, eles distribuem "pessoalmente" — e prometeram restabelecer tal item no orçamento.

Por esta amostra, podemos perceber a filosofia que presidirá a discussão e votação do Orçamento de 89 pelo Congresso Nacional com seus novos poderes...

O problema é grave. Já foi porque também os membros do Executivo — em número bem mais restrito que os do Legislativo — eram também "aprendizes" em matéria de gestão da coisa pública que o déficit governamental explodiu como explodiu depois do advento da Nova República, tornando necessários os cortes orçamentários que o ministro Mafson da Nóbrega tem tentado fazer. E é porque as "forças de sustentação" desse Executivo são também constituídas por "aprendizes" que, ainda antes de chegar ao Congresso, a "Operação Desmonte" foi desmontada em mais da metade. Agora, quinhentos e tantos novos "aprendizes" terão de tocar esta bola, já bastante murcha...

Mas, como dissemos atrás, só nos resta agüentar a mão. O aprendizado da democracia é longo e difícil e seu custo para a população não é nada pequeno, como estamos podendo constatar. E a alternativa não é alternativa. Afinal, é o mergulho nos regimes de exceção que interrompe esse aprendizado e torna necessário repeti-lo...

Assim, tudo que nos resta é torcer para que os erros dos "aprendizes" não sejam exagerados a ponto de criar uma situação econômica tão insuportável que empurre o país novamente para um regime ditatorial, e todo o círculo recomece.

JORNAL DA TARDE
- 9 SET 1988